



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em História

Daniel Celso Araujo da Costa  
RG 25099001-5

**Antes do SPHAN: noções de patrimônio e preservação no IHGSP (1894-1940)**

Projeto de Pesquisa de Mestrado  
enviado ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo – PUCSP.

São Paulo  
2017

## INTRODUÇÃO

Situando-se nas discussões mais recentes que permeiam as temáticas desenvolvidas pela História Cultural no Brasil, o presente projeto de pesquisa pretende trabalhar com as relações entre cultura e sociedade debruçando-se sobre a memória, a história e o patrimônio cultural. Partindo do pressuposto de que a temática da memória e suas relações com o patrimônio vem ocupando espaço de destaque na historiografia brasileira nas últimas décadas, mas que só recentemente vem atraindo historiadores para esse campo de atuação, sabemos também que essa produção historiográfica incipiente influenciou as pesquisas históricas no Brasil e resultou de debates, sobretudo, a partir da década de 1970, no campo da História e das demais Ciências Sociais sobre novos problemas, novos sujeitos e objetos que exigiram e continuam a fomentar novas formas de abordagem histórica. (BURKE, 2011; LE GOFF, 1988)

Outro fator determinante para a temática do patrimônio não ocupar espaço de destaque nos estudos históricos se deu pelo fato dos órgãos de preservação e as instituições oficiais do patrimônio terem sido dominados majoritariamente por arquitetos, e em menor recorrência, por antropólogos e demais cientistas sociais. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende contribuir para o alargamento do campo de atuação do historiador/pesquisador e para o surgimento de novos olhares sobre a temática do patrimônio e sua interdisciplinaridade intrínseca. Entendo também que contribuir para a discussão de questões que envolvem o patrimônio cultural e seus bens culturais é também estimular socialmente a percepção da preservação da memória social como possibilidade de construção de novas identidades e cidadanias com a marca da pluralidade.

A presente proposta de pesquisa situa-se na discussão sobre as questões que envolvem o patrimônio e a preservação de um certo tipo de memória histórica identificada com *os vencedores*, no sentido empregado por Carlos A. Vesentini (1997), guardadas as devidas proporções. Observamos atualmente que grande parte das coleções salvaguardadas pelas instituições oficiais do patrimônio, assim como os museus históricos, por exemplo, são representadas por um certo tipo de nacionalismo positivo que deixou de lado os conflitos entre os diversos agentes sociais e se

fundamentou basicamente na ideia de que a preservação do patrimônio histórico e cultural era essencial para o estabelecimento e afirmação de um sentimento nacional. Com isso, os bens patrimonializados, com sua história de heróis, grandes batalhas e grupos sociais hegemônicos, refletem claramente a exclusão de uma parte importante da sociedade formada por negros, índios e pobres em geral. Entretanto, com as mudanças que vem transformando as concepções e os conceitos sobre patrimônio e o que deve ou não ser patrimonializado, bem como novos questionamentos que perpassam as problemáticas sobre bens culturais, o patrimônio tem sido observado como uma complexa questão profícua em suas múltiplas faces.

Recuarei no tempo para entender como se dá o desenvolvimento dessa noção de patrimônio que permeou as ações de preservação no Brasil por muito tempo. Podemos identificar através da leitura da vasta bibliografia sobre a história do Brasil que muito antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, a memória nacional já vinha sendo construída através dos Institutos Históricos pelo Brasil afora, e de maneira especial pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 1838. É de grande destaque o estudo feito por Lilia Moritz Schwarcz. Em *O espetáculo das raças*, a historiadora e antropóloga brasileira buscou entender as relações entre os “homens de *sciencia*”, as doutrinas raciais do séculos XIX e os discursos propagados pelos museus e os institutos históricos e geográficos, os “guardiões da história oficial”, no desenvolvimento da história regional e nacional. (SCHWARCZ, 1993)

Outro estudo relevante foi feito por Antonio Celso Ferreira. Em *A epopeia bandeirante*, o historiador utiliza a história e a literatura como fontes para entender como a elite letrada paulista, em seu círculo social e cultural, lidou com a questão em voga sobre sua identidade, o paulista. Com isso, nos mostra como surgem os ícones da terra, os gigantes desbravadores, o modelo bandeirante, e como almejavam criar uma identidade que se queria nacional. Antonio Celso privilegia em sua análise os intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). (FERREIRA, 2002)

Entendo que há um processo em evidência de valorização das diferenças culturais. No caso brasileiro, do ponto de vista político-legal, isso foi possibilitado em grande parte pela Constituição de 1988. Desde então, grupos sociais populares

passaram a ter direitos constituídos em lei e novas políticas passam a se apropriadas pelos diferentes grupos sociais. Ao revisitar o passado, busco compreender o porquê dessa relação se dar de forma verticalizada, sendo o Estado e suas instituições oficiais os definidores de conceitos sobre o que deveria ser patrimonializado. Mas por que não havia interesse, pelos órgãos de preservação do patrimônio, que determinados grupos sociais tivessem um papel importante na tomada de decisões sobre a preservação de seus bens culturais? Esta pergunta surge do entendimento sobre preservação da cultura e da identidade como continuidade da luta que se dá no campo cultural de grupos sociais não identificados com a *história dos vencedores*. Surge também da necessidade de fortalecimento da resistência social em seus aspectos mais diversos.

Sendo assim, o presente projeto propõe um estudo da história do patrimônio, tendo como recorte espaço/temporal o período que vai de 1894, data da criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), até 1937, data da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A fonte de pesquisa privilegiada será a própria Revista do IHGSP e suas publicações anuais durante o mesmo período (1894-1937).

## **OBJETO DE PESQUISA**

De início, resumimos através da palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses, o panorama sobre a temática em que se insere o trabalho:

O tema da memória está em voga, hoje mais do que nunca. Fala-se da memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. Talvez apenas a memória nacional, tantas vezes acuada (e tantas vezes acuadora) esteja retraída. Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). Os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam com a força política e têm reconhecimento público. Se o antiquariato, a moda retrô, os revivals mergulham na sociedade de consumo, a memória também tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie. (MENESES, 1992, p.9)

Podemos dizer que a partir da década de 90 e acentuando-se ainda mais nos anos 2000, vivemos um “boom” de instituições de memória em múltiplas frentes, no público e no privado, conforme antecipou Meneses acima. Desde arquivos e museus até centros de memória empresariais,

passando pela moda “old school” em voga na atualidade e o revigoramento da paixão pelos discos de vinil, tudo isso vendido como uma cultura “alternativa” pela sociedade de consumo, suscitando novas experiências, novas relações sociais e novas identidades coletivas. O que nos remete à problemática da preservação da memória são as escolhas que são feitas entre o que preservar e o que esquecer, com quais interesses? O historiador atento às mudanças que ocorrem na sociedade em que vive, se volta ao passado em busca das marcas e dos vestígios daquilo que ecoa na atualidade. Qualquer pessoa apaixonada por discos de vinil sabe que eles sempre estiveram por aí, mesmo com o surgimento de novas tecnologias digitais. Aqueles que vivem a cultura “underground” sabem que as roupas, o penteado e suas condutas refletem aquilo em que se acredita ideologicamente, não se importando muito com o que a sociedade vai gostar ou não, tudo se resumindo ao seu *life style* e sempre estiveram por aí. Isso nos faz pensar em como a indústria cultural torna tudo seu negócio, onde seus fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais. (ADORNO, 1999)

De maneira análoga, esta inquietação também atinge este pesquisador quando olha para o campo do patrimônio cultural. O que se preservou e o que se esqueceu, para quem e com quais interesses? De maneira geral, podemos dizer que há um consenso dominante na historiografia do patrimônio que identifica o início da sua preservação a partir da institucionalização e criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), após a publicação do Decreto Lei nº25, de 1937. Mas as origens da construção da memória de nosso país está ligada à própria formação do Estado Nacional durante o século XIX. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob os auspícios de D. Pedro II, ficou encarregado de construir a história nacional após a independência política do Brasil. Fazendo um recorte espacial mais específico, surgiu o interesse de analisar a construção da memória e do patrimônio, no caso de São Paulo, através do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), antes da criação do SPHAN. A partir daí, partilho do mesmo entendimento que teve Francisco Foot Hardman em análise feita sobre o modernismo e os antigos modernistas quando afirma que

Assim como os sentidos de modernidade e modernização têm sido, com bastante frequência, reduzidos a esquemas ideológicos desenvolvimentistas do Estado brasileiro pós-1930, os sentidos do modernismo, como tendência geral, foram também homogeneizados a partir de valores, temas e linguagens do grupo de intelectuais e artistas que fizeram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas, desde então, construíram modelos de interpretação,

periodizaram, releram o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 22 (...), tais esquemas, em flagrante anacronismo, ocultaram processos culturais relevantes que se gestavam na sociedade brasileira, a rigor, desde a primeira metade do século XIX. (HARDMAN, 1992, p.290)

A problemática levantada que permeia o tema e o objeto de pesquisa escolhido foi abordada de forma introdutória por Janice Gonçalves (2012), ao tratar das relações do SPHAN, sediado no Rio de Janeiro, com suas diretrizes de atuação baseadas no Decreto-lei n. 25/1937 e na força da lei assim instituída, com as demais sedes espalhadas pelo país. No caso paulista, havia dificuldade de encontrar o “caráter nacional” dos bens a serem selecionados como patrimônio. Ou seja, haviam tensões entre as colaborações regionais e as concepções hegemônicas do SPHAN. Segundo a autora, Luís Saia (1911-1975) substituiu Mario de Andrade (1893-1945) como assistente técnico da 6ª região, e ambos apontaram diversas vezes que São Paulo não se adequava aos critérios de excepcionalidade histórica e artística interpretada pelo SPHAN. De fato, isso fica evidente no texto “Quadro geral dos monumentos paulistas”, onde Luis Saia diz que

Para o estudo, apreciação e consideração dos monumentos paulistas da história e da arte, não podemos aceitar os critérios e padrões armados para sustentar esquemas de formação histórico-sócio-econômica totalmente diversos daqueles que assistiram ao nosso passado regional e que, além de não conterem nenhuma verdade incontestavelmente universal, não apresentam valor operativo algum capaz de socorrer a composição de armaduras teóricas úteis ao esforço de nossa valorização histórica e instrumentação cultural.

E mais além, ressalta que tais paradigmas representam

...uma seleção interessada de aspectos da realidade(...) irremediavelmente marcadas pela intenção de valorizar o colonizador(...) se oferece como ponto culminante o herói, o grande gesto, a batalha decisiva. (SAIA, 1972, p. 23-24)

Entretanto, ao folhear as páginas da Revista do IHGSP podemos perceber que, na virada do século XIX para o XX, já havia claramente a intenção de reescrever a história da nação sob o olhar de São Paulo, sendo que no primeiro volume da revista já se anuncia tal pretensão: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (RIHGSP, v. I, 1895). Para além da legitimação das elites, já em decadência naquele momento, buscavam-se novos nomes e acontecimentos para enaltecer a especificidade dos paulistas dentro do quadro geral da história nacional. A partir dessas problemáticas, podemos questionar as concepções de preservação que nortearam os trabalhos desenvolvidos em relação ao

patrimônio paulista antes da criação do SPHAN e sua interpretação do nacional mais centralizadora, conforme aferimos nas citações de Luís Saia feitas acima.

O IHGSP foi o responsável pelas representações históricas sobre São Paulo que se iniciou no final do século XIX, incluindo as representações do patrimônio ao longo do período, alcançando notoriedade nas primeiras décadas do século XX. Os trabalhos do instituto foram conduzidos pela elite intelectual e política paulista da época. Conforme Antonio Celso Ferreira (1999),

O instituto paulista (...) manteve estreitas relações com o poder político constituído, neste caso, com o governo estadual, (...) a agremiação paulista recrutou seus sócios principalmente pelo critério das relações sociais.

(...) sua trajetória é inseparável de um quadro sociocultural de modernização do Estado de São Paulo, no interior do qual a elite procurou dotar suas novas gerações de uma formação intelectual e tecnocientífica, compatível com os desafios da época.

Portanto, nosso objeto de estudo está centrado no entendimento das noções de patrimônio e preservação histórica e suas relações com a memória e a identidade nacional, no âmbito de São Paulo, sendo anteriores à criação do SPHAN e tendo como fonte os trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre 1894 e 1940, ou meados da década de 30, consubstanciados por meio de sua comunicação principal, que é a Revista do IHGSP e suas publicações durante o mesmo período.

É possível vislumbrar a construção de uma memória histórica elaborada discursivamente nos artigos da revista, e também como essa mesma memória é sempre retrabalhada em meio aos cânones da historiografia da época. Mais do que isso, podemos dizer que havia um nítido esforço, por parte dos sócios do IHGSP, em preservar bens culturais, materiais ou imateriais, com o intuito de monumentalizar e perpetuar determinados fatos e agentes. Isso se dava pela compreensão que tinham os intelectuais ligados ao poder e às classes dominantes, sobre o papel da história na legitimação da identidade paulista e sua projeção nacional. Algumas datas foram privilegiadas em meio aos acontecimentos relacionados à São Paulo: o IV centenário da Descoberta do Brasil (1900), o centenário da Independência do Brasil (1922) e durante a década de 30, quando São Paulo perdia espaço no controle da República, comemoravam-se os quatrocentos anos da cidade de Cananéia (1931) e da Capitania de São Vicente (1532),

assim como o III Centenário de Ubatuba (1937) com o intuito de demonstrar o protagonismo paulista durante a colonização brasileira. (FERREIRA, 2002, p. 111-112)

A concepção de memória e patrimônio difundida pela Revista do IHGSP é definida como instrumento de divulgação das glórias dos grandes heróis pelos feitos do passado. A elite em São Paulo voltou-se para a construção de sua própria imagem de grandeza e nobreza, uma memória na qual os conflitos existentes entre os diversos grupos formadores da sociedade são amenizados e diluídos para que se edifique uma memória da camada dominante orgulhosa de sua opulência. Para os sócios do instituto, a memória

é idéia e ação. O homem vive e cresce pelo que pensa e faz. Luta pela idéia que impulsiona a ação. Impõe-se pelo pensamento, agindo. Realça-se. Exalta-se e glorifica-se pela idéia e ação. Idéia é ideal, e este, motor da ação. Por isso, o homem afirma-se na grandeza dos seus ideais e dimensiona-se na totalidade das realizações. O homem que pensa e age torna digno seu povo e enriquece o patrimônio de sua Pátria e da própria Humanidade porque se faz exemplo e se torna lição (GOMES, 1970, p. 229)

Teodoro Sampaio nos dá uma referência de qual seria o papel do patrimônio para exaltar a singularidade da história paulista quando fez uma avaliação das condições estruturais do Pátio do Colégio, no centro de São Paulo, revelando uma concepção possível de preservação entre os sócios do IHGSP. O desabamento de sua fachada, em 1896, causou perplexidade e revelou as péssimas condições de conservação daquela que foi a primeira edificação da cidade, a antiga igreja do Colégio de São Paulo de Piratininga, que foi reformado para ser a sede do governo provincial. A chamada Igreja do Pátio do Colégio fora construída em taipa e guardava objetos do século XVII e XVIII. Diante da inevitabilidade da destruição do edifício histórico, Teodoro Sampaio propunha uma descrição detalhada do prédio e suas características como uma forma de garantir às gerações futuras e, principalmente, aos que se identificavam com a grandeza da história paulista, o conhecimento sobre as origens da “civilização bandeirante”:

Se para muitos o velho templo se não impunha pelo ideal de crença; se esta construção não nos captivava pelo apuro da esthetica; para todos, porém, ella se erguia como uma relíquia veneranda, como o sanctuario das nossas mais caras tradições; ella recordava o berço d'aquellas gerações de aventureiros que nos deram o Brasil, o maior dos territórios americanos; ella recordava-nos ainda na sua modestíssima apparencia o muito que temos caminhado, perseguindo o nosso ideal civilizador através de tres seculos de vicissitudes (SAMPAIO, 1898, p.5)

Dessa forma, podemos verificar que não se tratava apenas de preservar os bens materiais. Onde estes não existiam, tratou-se de construí-los. Em diversas frentes, os sócios do IHGSP trabalhavam em favor da construção de monumentos, na emissão de pareceres sobre a fundação de diversos núcleos urbanos, publicação de documentos históricos, muitos acompanhados de comentários, o que refletia o apego ao documento escrito pela ciência histórica da época: testamentos, inventários, tratados sobre os limites territoriais, cartas de personalidades ilustres, todos provenientes dos poderes instituídos, da igreja, dos grandes proprietários. Muitas comemorações e homenagens foram propostas onde muitas vezes os próprios membros do instituto eram os homenageados com nomes de praças, estátuas, prédios públicos, ruas e avenidas.

Ao percorrer e folhear as páginas da Revista do IHGSP, podemos ver que há nas “entre-linhas” algumas concepções de preservação, conservação e construção do patrimônio histórico. Tais concepções estão intimamente ligadas a um paradigma de história e memória. A finalidade principal do instituto tornou-se a procura, recolhimento, salvaguarda e classificação de documentos (históricos e geográficos), e a partir deles, escrever a história de São Paulo como sendo a História do Brasil. Na medida em que se privilegiava os mitos de origem, as genealogias da nação e os eventos memoráveis, fazia-se a própria seleção do que deveria ou não ser preservado. Tendo como base os estudos e levantamentos documentais de Antonio Celso Ferreira, podemos verificar que entre as matérias da Revista do IHGSP, entre 1895-1940, há predominância de artigos (cerca de 43,8%), seguido de biografias, genealogias e elogios fúnebres (15,6%) e em seguida de documentos históricos (14,1%), constituindo-se o restante de discursos, homenagens, comemorações, catálogos, acervos, crônicas, comemorações. Quanto às áreas do conhecimento classificadas pelo autor da pesquisa, há predominância dos temas históricos, geográficos, etnográficos e de folclore. (FERREIRA, 2002, p.115-117) Pretende-se, nesta pesquisa, partir desses dados iniciais como uma primeira sondagem das fontes sobre o tema.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS

Conforme o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu Art. 1º, Capítulo I, podemos encontrar a definição legal de patrimônio que norteou e instrumentalizou as práticas preservacionistas do SPHAN:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por ser excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p.1)

Porém, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2002), essa definição de patrimônio cultural é muito vasta e genérica pois abarcou uma gama muito extensa de bens culturais. Para este autor, “a política de patrimônio cultural implementada pelo SPHAN, entre 1937 e 1979, concentrou-se em monumentos arquitetônicos, religiosos e históricos” sendo a maioria considerada como representativa do chamado barroco. Este autor, com o qual pretendo dialogar durante esta pesquisa, analisou os discursos produzidos por intelectuais ligados ao “modernismo brasileiro” que se destacaram na formulação e implementação de políticas oficiais referentes ao chamado “patrimônio cultural brasileiro”, desde a década de 1930 até meados de 1980. Sua interpretação dos discursos intelectuais como “narrativas nacionais”, ou seja, que tinham o intuito principal a construção de uma “memória” e de uma “identidade” nacionais, sendo estas apreendidas “a partir dos modos pelos quais determinada categoria social as definem segundo o empreendimento de construção da ‘nação’”, é de grande importância. Buscando responder algumas questões, tais como “quem tem autoridade para dizer o que é e o que não é o patrimônio cultural brasileiro? Quem tem autoridade para preservá-lo? Como essa autoridade é culturalmente construída?”, José Reginaldo S. Gonçalves contribui para os estudos que pretendemos aqui desenvolver, pois nos conduz à discussão sobre como esses intelectuais modernistas ligados às políticas de “patrimônio cultural” no Brasil assumiram a tarefa de identificar e autenticar a nação brasileira a partir da década de 1930. (GONÇALVES, 2002, p.67)

Portanto, constatamos através de sondagem que há uma ideia consagrada por parte da historiografia sobre o tema de que a construção da memória nacional se deu a partir da atuação do SPHAN, que tem início na década de 1930, como herdeiro da

chamada “tradição modernista” que consagrou o barroco brasileiro como sendo nossa cultura nacional mais autêntica. Entretanto, podemos encontrar a gênese dessa memória nacional em construção ligada à própria formação do estado nacional em meados do século XIX. Nesse período, a elite intelectual do Império, assentada sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob os auspícios de D. Pedro II, irá promover a tarefa de construção da História do Brasil e de sua memória. É também deste período a criação do Arquivo Nacional (1838). Tal preocupação com a construção da memória nacional se dará também no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Segundo Ana Claudia Fonseca Brefe, que desenvolveu importante estudo sobre o Museu Paulista enquanto “lugar de memória”, entre outros estudos com os quais pretendo dialogar ao longo de minha pesquisa,

“com o advento da República e o enraizado comprometimento do IHGB com o governo imperial e com a pessoa do imperador, ficaria cada vez mais complicado para esse instituto cumprir sua ‘antiga missão’, que era manter uma unidade nacional por meio do traçado de uma história nacional homogênea, pois, naquele momento, as diversidades regionais se puseram em evidência”. (BREFE, 2005, p. 63-64)

Uma interpretação inicial sugere que naquele contexto de disputa pelo protagonismo nacional dentro de um projeto de construção da identidade brasileira, insere-se o projeto do IHGSP de buscar no passado as figuras e os acontecimentos que viabilizassem a projeção de São Paulo no cenário nacional. O IHGSP torna-se então guardião da tradição paulista.

Antonio Celso Ferreira, buscando uma compreensão possível sobre o universo letrado paulista entre 1870 e 1940, dentro das relações entre história e literatura, nos serve com uma leitura minuciosa sobre os membros e o processo de constituição do IHGSP. Respaldados pelo sentimento nacionalista, setores da sociedade começam a se preocupar em preservar bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura brasileira. Segundo o autor de *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, no IHGSP,

“em suas reuniões, realizadas duas vezes ao mês, os sócios ainda discutiram temas relativos ao patrimônio histórico, cuidando de emitir pareceres sobre as origens de inúmeras dioceses e núcleos urbanos e de propor à prefeitura da capital paulista, que fossem homenageadas várias personalidades, com a designação de nomes de ruas, praças, prédios, ou com a construção de

estátuas. Muitos dos que receberam essas honrarias foram os próprios sócios do Instituto.” (FERREIRA, 2002, p. 113)

O que nos faz pensar sobre até que ponto a implantação das políticas do patrimônio com o advento do SPHAN, em 1937, trouxe mudanças reais nos paradigmas sobre preservação histórica e cultural desenvolvidos desde o século XIX?

Em artigo recente, intitulado *Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937)*, Antonio Celso Ferreira e Marcelo Lapuente Mahl discutem como ao longo do período da primeira República, aqueles intelectuais ligados ao IHGSP produziram artigos, dentro das concepções científicas de sua época, que colocaram em destaque aspectos da preservação do patrimônio regional paulista e desenvolveram no âmbito do instituto determinado modelo de ação e atuação como sendo um padrão que se queria nacional. Neste sentido, segundo os autores, o patrimônio enquanto passado que é ressignificado, se tornou um componente importante dentro da processo de construção da identidade regional paulista, sendo as páginas da revista do IHGSP o veículo privilegiado de divulgação da visão que se desenvolvia sobre a “civilização paulista”. Nas palavras dos autores,

nota-se, então, claramente, o caráter específico que esta noção de patrimônio comportava: o bem preservado deveria representar um ideal mais alto de sociedade e de civilização, para que os homens e as ações do passado inspirassem o presente, em um processo de continuidade que direcionaria e inspiraria a sociedade no futuro. (FERREIRA; MAHL, 2011, p.11)

Com o intuito de articular e problematizar o passado de forma crítica, se faz necessário discutir também o conceito de cultura e de “bens culturais”. Inicialmente, conforme nos autoriza uma interpretação com base em Raymond Williams, a nossa ideia de cultura que permeou todo o século XIX, oriunda da Europa do século XVIII, tem o sentido de uma “*configuração* ou *generalização* do ‘espírito’ que informava o ‘modo de vida global’ de determinado povo” (WILLIAMS, 1992, p.10), mais especificamente no sentido de civilização, e essa ideia sempre foi cara às nossas elites intelectuais marcando profundamente o pensamento brasileiro sobre cultura. É na apropriação de categorias gerais como “cultura brasileira”, “cultura nacional”, “identidade nacional”, “memória nacional”, entre outras, que os intelectuais desenvolvem suas interpretações sobre a realidade brasileira forjando e estabelecendo novos parâmetros assentados no meio ambiente e nas teorias raciais em voga no século XIX.

Jeanne Marie Gagnebin, especialista sobre a obra de Walter Benjamin, nos traz uma contribuição teórica importante e nos introduz aos conceitos benjaminianos de cultura. Em artigo recente onde aborda as teses *Sobre o conceito de história*, a autora propõe discutir sobre um paradoxo existente entre a crítica da cultura formulada por Benjamin em sua tese VII, sobre o “cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”, sendo a cultura daí proveniente como testemunho da barbárie, e o conceito de cultura em sua tese IV, como fonte fecunda e abundante, da cultura tida como transmissão espiritual que não pode ser “representada como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos”, como questionamento da dominação. Gagnebin nos remete a dois momentos nas teses de Benjamin: a crítica à concepção de cultura como mera acumulação de despojos, de bens culturais, como aglomerado de objetos preciosos, e a ênfase na apreensão da cultura como “transmissão”, como relação viva do presente ao passado, do passado para o presente. Walter Benjamin propõe uma reflexão que se debruce sobre o “processo de conservação e transmissão do passado, das obras e dos acontecimentos do passado, um processo nada inocente, mas ele mesmo profundamente histórico (GAGNEBIN, 2008, p.80-82). Não basta apenas analisar o processo de produção das obras. Há necessidade de desconstruir este processo de forma crítica. Este trecho da tese VII elucida a busca deste estudo:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1994, 223-225)

Benjamin considera que as classes dominantes se apropriam da cultura e da tradição para reforçar sua dominação.

A elucidação de alguns conceitos se faz necessário para nos situar na discussão atual. Inserido nas discussões teórico-metodológicas da História e das Ciências Sociais, construídas de maneira interdisciplinar, o conceito de “patrimônio cultural” passa a ser entendido como substituto daquele de “patrimônio histórico e artístico nacional” por

englobar valores culturais diversos daqueles enquadrados pela terminologia antiga. Um novo conceito se formou constituído de unidades designadas “bens culturais”, entendidos como

toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. (GODOY, 1985, p. 72)

E ainda sobre esta concepção mais ampla, segundo Déa Fenelon, os bens culturais

não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais [e imateriais] portadores de significação, passíveis de muitas leituras. (FENELON, 1993, p. 34)

Segundo Ricardo Oriá, de fato, levada a cabo por uma estrutura de poder centralizadora, imposta pelo Estado Novo (1937-1945), tais políticas de preservação citadas anteriormente priorizaram o patrimônio edificado e arquitetônico, deixando como saldo bens tombados referentes aos setores dominantes da sociedade brasileira. “Preservaram-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços.” (ORÍÁ, 2006, p. 131) Basta andarmos pelas ruas e avenidas, praças, parques pelo Brasil afora, observando os monumentos históricos que homenageiam os chamados “heróis nacionais” para ver que aquela historiografia oficial positivista privilegiou os representantes dos setores dominantes da sociedade. Com isso, tais setores impuseram sua visão da História perpetuando a memória da dominação, dos vencedores.

Esta é uma configuração preliminar dos referenciais teóricos que irão permear o estudo que aqui se propõe. O que caracteriza a pesquisa na área dos patrimônios culturais é a diversidade de fontes para pesquisa, sendo os próprios órgãos e instituições objetos de pesquisa que objetivam o entendimento das políticas culturais, dos valores culturais e representações sociais, que podem ser apreendidos numa perspectiva histórica. Um diferencial colocado pelas problemáticas enfrentadas pelo historiador que

envereda por esse caminho, surge na própria busca das fontes para o estudo, que em geral não estão predeterminadas, demandando a construção de *corpus* documentais específicos, constituídos de forma interdisciplinar e recuperados de forma fragmentária. A busca de tais vestígios do passado demanda percorrer arquivos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, Cartoriais e institucionais, arquivos privados e Museus, na busca de fontes diversas como fotografias, imprensa, periódicos, literatura, fontes audiovisuais, todas necessárias para a ampliação do objeto de estudo. (MARTINS, 2015)

### CRONOGRAMA:

Etapas/ Período	2018												2019											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Revisão bibliográfica e realização das disciplinas																								
Redação da Pesquisa																								
Redação das conclusões, revisões e entrega da dissertação final																								

### BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, Theodor W. *Os pensadores*. Nova Cultural, 1999.

ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 23 out. 2017.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo, Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FENELON, Déa. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. IN: *Ciclo de debates sobre cultura e memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje*. Brasília: ENAP, 1993.

FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e Patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). IN: *Revista Patrimônio e Memória - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP – CEDAP*, v. 7, n. 1, p. 3-18, jun. 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Documentos da Cultura/ Documentos da Barbárie. IN: *Revista IDE, Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo – dossiê: Psicanálise e Cultura*. São Paulo, 31(46), 2008.

GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968. IN: *Revista do IHGSP*. São Paulo, V. 67, 1970.

GONÇALVES, Janice. “O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972)” IN: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, FAPERJ, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GODOY, Maria do Carmo. Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. IN: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4. Belo Horizonte, 1985. *Anais... história e historiografia em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985.

HARDMAN, Francisco F. “Antigos modernistas” IN: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio Cultural: uma construção permanente. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. IN: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 11 ed, São Paulo, Contexto, 2006.

SAMPAIO, Teodoro. Memória sobre a Igreja do Collegio dos Jesuitas de São Paulo. IN: *Revista do IHGSP*. São Paulo, V. 2, 1898, p. 5.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo, Paz & Terra, 1992.